

FUNDIÁRIO, PLANO DE MANEJO FLORESTAL E ORGANIZAÇÃO NO PARAUARI



Documento de trabalho

Manaus - Junho de 2006

Este documento de trabalho pretende socializar de forma resumida uma reflexão desenvolvida pelo projeto Floresta Viva sobre a articulação existente entre três problemáticas: (1) o acesso ao fundiário, (2) a elaboração de planos de manejo florestal, e (3) as diferentes modalidades de organizações dos moradores das comunidades.

A reflexão foi desenvolvida no mês de Maio de 2006, durante uma visita as comunidades do Rio Parauari, na Floresta Estadual de Maués (FLOEM), município de Maués, Estado do Amazonas.

Os autores da reflexão são Elenice Assis do Nascimento (técnica florestal) e Jean-François Kibler (engenheiro agro-economista), ambos membros da equipe central do projeto Floresta Viva.

O Projeto Floresta Viva tem por objetivo a promoção do manejo florestal sustentável com enfoque na produção e comercialização de madeira no Estado do Amazonas. Está implementado pelo Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (GRET) e a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Estado do Amazonas (AFLORAM), em parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Manaus (EAFM), a FUNdação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação tecnológica (FUCAPI), e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (IDSM).

O projeto é co-financiado pelo Governo do Estado do Amazonas por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (SDS), e pela Comissão Europeia (programa UE “Florestas tropicais e outras florestas dos países em desenvolvimento” - Linha orçamental B7 – referência do projeto : ENV/2004/081-658) por meio do Grupo de Apoio e Intercâmbios Tecnológicos (GRET).

O projeto teve início em Maio de 2005, para uma duração de 36 meses.

SUMÁRIO

1. Acessar a terra para elaborar um Plano de Manejo Florestal	5
1.1. O conceito de « terras das comunidades ».....	5
1.2. Duas modalidades : CDRU individual, CDRU comunitário.....	5
1.3. Uma « Associação Comunitária » obrigatória para o CDRU comunitário	5
2. Elaborar um Plano de Manejo Florestal Individual ou Comunitário	6
2.1. Comparar Plano de manejo florestal individual e Plano de manejo florestal comunitário	6
2.2. Elaborar um plano de manejo individual.....	6
2.3. Elaborar um plano de manejo florestal comunitário	6
2.4. Varias opções para elaborar um plano de manejo florestal comunitário.....	7
2.5. Uma associação obrigatória para o plano de manejo florestal comunitário	7
3. Viabilizar o Plano de Manejo Florestal	7
3.1. Problemas enfrentados pelos extratores para viabilizar os PM	7
3.2. Organização a nível da comunidade para resolver problemas dos PM.....	8
3.3. Funções possíveis das organizações intra-comunidades.....	8
3.4. Organizações supra-comunidades para resolver problemas dos PM	8
3.5. Funções possíveis das organizações supra-comunidades	9
4. Discussão.....	9
4.1. Varios níveis e tipos de organizações	9
4.2. Um plano de manejo florestal comunitário a nome da ASPAFEMP ?	9
4.3. Um plano de manejo florestal comunitário a nome da ASCASAM ?	10
4.4. Análises divergentes, discursos diferentes, confusão nas comunidades.....	10
4.5. Esclarecer política, estratégia, e discursos	10

GLOSSARIO

ASCASAM	Associação ...
ASPAFEMP	Associação de Produtores Agroextrativista da Floresta Estadual de Maués
ATPF	Autorização de Transporte de Produtos Florestais
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTF	Cadastro Técnico Federal
GTMP	Grupo de Trabalho sobre Manejo do Rio Parauari
IBENS	Instituto Brasileiro de Educação em Negócios Sustentáveis (ONG)
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
LO	Licença de Operação
PM	Plano de Manejo Florestal
PMFSPEc	Plano de Manejo Florestal em Pequena Escala Comunitário
PMFSPEi	Plano de Manejo Florestal em Pequena Escala Individual
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

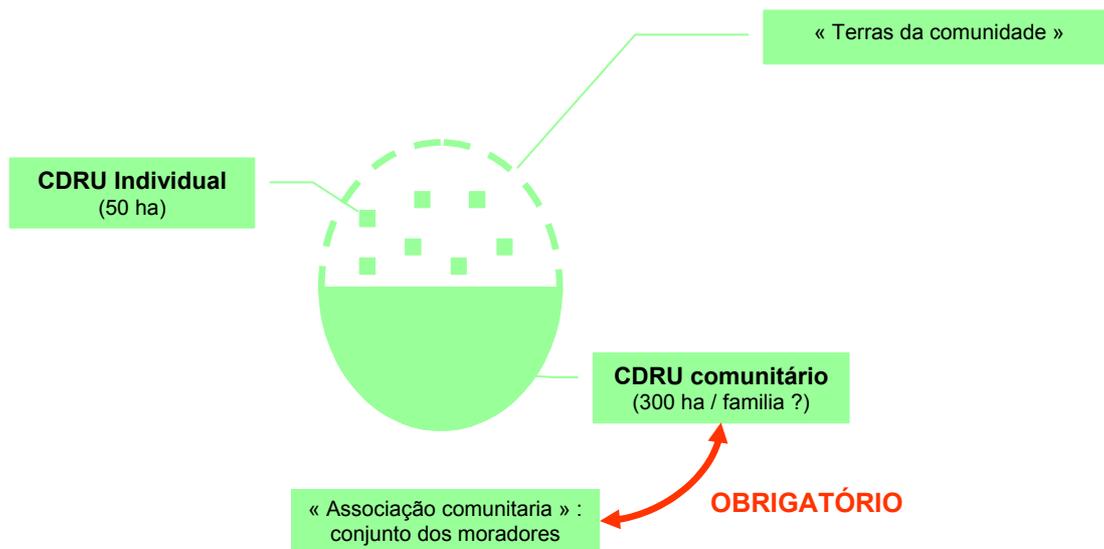
1. Acessar a terra para elaborar um Plano de Manejo Florestal

1.1. O conceito de « terras das comunidades »

Duas razões para raciocinar em « terras das comunidades » :

- Dar acesso aos recursos da floresta para gerar renda e aumentar o nível de vida dos ribeirinhos
- Envolver os ribeirinhos na fiscalização das florestas

1.2. Duas modalidades : CDRU individual, CDRU comunitário



1.3. Uma « Associação Comunitária » obrigatória para o CDRU comunitário

Funções da « associação comunitária » (obrigatoria) :

- Delimitar a área da comunidade
- Avaliar o potencial de uso das terras da comunidade
- Elaborar um plano de uso das terras da comunidade
- Definir regras de acesso as terras da comunidade
- Fazer respeitar as regras de acesso e uso das terras da comunidade

2. Elaborar um Plano de Manejo Florestal Individual ou Comunitário

2.1. Comparar Plano de manejo florestal individual e Plano de manejo florestal comunitário

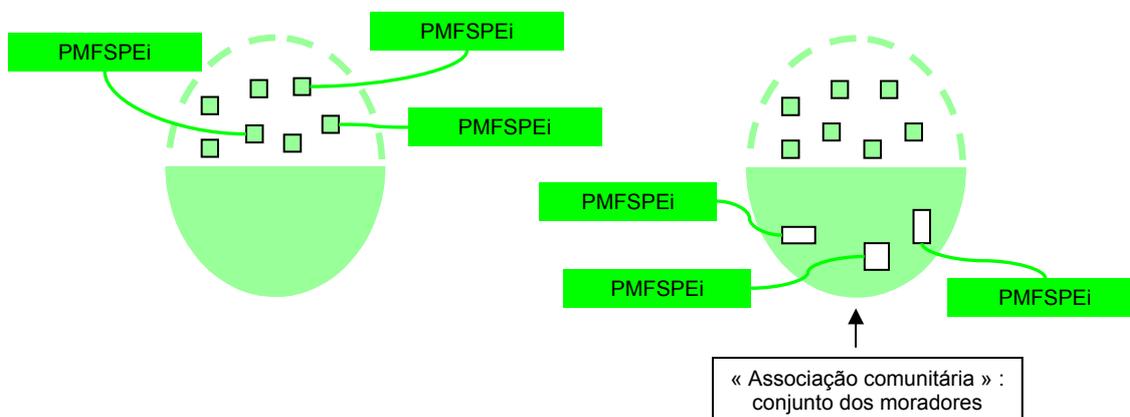
Plano de manejo individual

A nome de uma pessoa física (CPF)
< 500 ha
Sem talhão
Inventário simplificado
1 m³/ha/ano na área de efetivo manejo

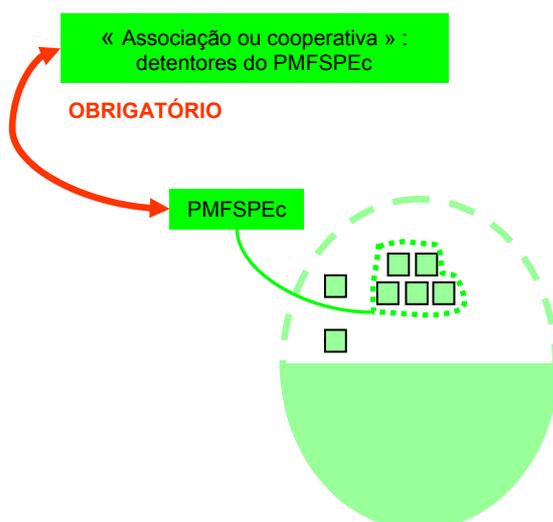
Plano de manejo comunitário

A nome de uma pessoa jurídica (CNPJ)
< 500 ha (anual ou total ?)
Com talhão
Inventário 100%
10 a 20 m³/ha no talhão

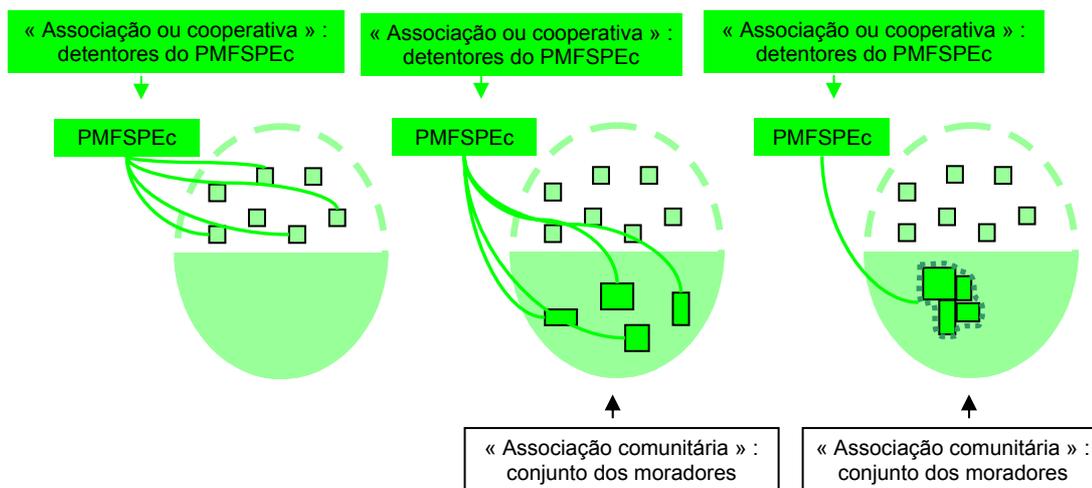
2.2. Elaborar um plano de manejo individual



2.3. Elaborar um plano de manejo florestal comunitário



2.4. Varias opções para elaborar um plano de manejo florestal comunitário



2.5. Uma associação obrigatória para o plano de manejo florestal comunitário

Funções da associação para PM comunitário (obrigatória) :

- Elaborar o plano de manejo florestal comunitário
- Tramitar a exploração do plano de manejo florestal comunitário
- Explorar o plano de manejo florestal comunitário (eventual)
- Comercializar a produção do plano de manejo florestal comunitário

3. Viabilizar o Plano de Manejo Florestal

3.1. Problemas enfrentados pelos extratores para viabilizar os PM

Exemplos de problemas difíceis de enfrentar sozinho :

- Tramitar os documentos legais : LO, ATPF, CTF ...
- Conseguir acesso a equipamentos
- Realizar a exploração
- Captar mercados
- Negociar vendas e realizar a comercialização
- ...

3.5. Funções possíveis das organizações supra-comunidades

Funções possíveis das organizações supra-comunidades :

- Acompanhar a criação das associações comunitárias (fundiário)
- Tramitar os planos de manejo (LO, ATPF ...)
- Captar fundos para adquirir máquinas (Lucas Mill ...)
- Captar mercados para a madeira dos planos de manejo florestal
- Comercializar a produção dos planos de manejo florestal
- Contribuir na fiscalização das florestas das comunidades

4. Discussão

4.1. Vários níveis e tipos de organizações

	Organização obrigatória para respeitar a legislação fundiária	Organização obrigatória para respeitar a legislação dos planos de manejo	Organização voluntária para viabilizar os planos de manejo
Organização supra-comunidades			Associação ou cooperativa de detentores de PM das comunidades (ex: ASPAFEMP, ASCASAM...)
Organização a nível da comunidade	« Associação comunitária » requerida pelo ITEAM para obter o « CDRU comunitário »	Associação ou cooperativa cadastrada como detentor de um PM comunitário	Organização de detentores de PM individuais da comunidade, formal ou não (ex : mutirão)

4.2. Um plano de manejo florestal comunitário a nome da ASPAFEMP ?

Existe o projeto de elaborar um plano de manejo florestal comunitário piloto, a nome da ASPAFEMP, num terreno comunitário da comunidade de Ebeneze, explorado por varios membros do Grupo de Trabalho sobre Manejo do Parauari (GTMP composto de membros da ASPAFEMP). Esse projeto seria apoiado pelo IBENS.

Análise :

- A ASPAFEMP podera se cadastrar com 1 PM Comunitário só
- O territorio comunitário de Ebeneze supõe um CDRU comunitário a nome de uma « associação comunitária » dos moradores de Ebeneze / Novo Paraiso
- Os membros do GTMP moram em varias comunidades alejadas de Ebeneze, dificultando a organização da exploração
- A comunidade de Ebeneze / Novo Paraiso hoje é fraca e dividida, fonte de problemas para o conjunto do GTMP

4.3. Um plano de manejo florestal comunitário a nome da ASCASAM ?

Existe o projeto de elaborar um plano de manejo comunitário, a nome da ASCASAM, num terreno da comunidade de Mukaja, explorado por 17 membros do Grupo de Trabalho de Mukaja (grupo de trabalho sobre farinha afiliado a AGUAMAN). A ASCASAM pretende inserir essa possibilidade no seu estatuto.

Análise :

- A ASCASAM podera se cadastrar com 1 PM Comunitário só.
- Um território comunitário em Mukaja (fora da FLOEM) supõe a obtenção de uma carta de anuência (terras devolutas) a nome da ASCASAM
- Os 17 moradores de Mukaja membros da ASCASAM não conseguem mobilizar 25Rs cada um para custear a mudança de estatuto...

4.4. Análises divergentes, discursos diferentes, confusão nas comunidades

Existem ainda muitas duvidas sobre varios aspectos :

- A AFLORAM tem que se preocupar ou não da questão fundiária para viabilizar os PM que a instituição promove ?
- Modalidades de acesso as terras « comunitárias » dentro da FLOEM ?
- Modalidades de acesso as terras « comunitárias » ou « individuais » nas terras devolutas do entorno da FLOEM ?
- Possibilidade de ter um PM individual e ser membro de um PM comunitário ?
- Possibilidade de ter um PM comunitário superior a 500 ha ?

Os atores que intervem nas comunidades do Parauari tem analises divergentes e vehiculam discursos diferentes gerando confusão nas comunidades

4.5. Esclarecer política, estrategia, e discursos

É preciso provocar uma discussão inter-institucional para :

- Esclarecer duvidas
- Definir estratégias
- Harmonizar discursos

As entidades envolvidas são :

- AFLORAM / Floresta Viva
- ITEAM
- IBENS
- Prefeitura
- UFAM...
- Conselho Gestor da FLOEM